

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
30.	Edital, item 2.3.1	<p>É correto o entendimento que a licitante poderá propor livremente a revisão das áreas utilizadas como referência para a construção do Complexo Prisional?</p> <p>É correto o entendimento de que o edital não estabelece parâmetros mínimos a serem utilizados como referência?</p>		<p>Resposta para a 1ª pergunta: O entendimento está parcialmente correto. A Licitante poderá propor a revisão das áreas previstas nos estudos referenciais para a construção. Contudo, a revisão deverá observar as diretrizes previstas nos documentos licitatórios, além da legislação aplicável.</p> <p>Resposta para a 2ª pergunta: O entendimento não está correto. Devem ser observadas as diretrizes previstas no Contrato, nos Anexos e na legislação aplicável.</p>
31.	9.4.1 Anexo Minuta do Contrato	É correto o entendimento de que eventuais atrasos ou a não emissão de licença pelo órgão		Resposta para a 1ª pergunta: O entendimento está parcialmente correto. O atraso ou a não

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		licenciador não irão causar, em hipótese nenhuma, qualquer tipo de sancionamento para a empresa Concessionária? E que, caso ocorra, a empresa Concessionária terá direito à revisão através de equilíbrio econômico financeiro?		<p>emissão de licença não será causa de penalização da Concessionária se esta demonstrar que cumpriu de forma diligente todas as exigências legais aplicáveis. Caso contrário, a Concessionária poderá ser penalizada.</p> <p>Resposta para a 2ª pergunta: A Concessionária terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese prevista na subcláusula 9.4, do Contrato.</p>
32.	9.5.5 Anexo Minuta do Contrato	É correto o entendimento de que a Concessionária poderá sofrer custos adicionais e penalizações caso o Poder Concedente alegue descumprimento dos objetivos elecandos tão		O entendimento não está correto. A regra prevista na subcláusula 9.5.5 é aplicável caso sejam constatadas irregularidades frente ao disposto no Caderno de Encargos, nos demais

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		somente no Anexo I – Caderno de encargos da Concessionária?		Anexos, nos Projetos de Engenharia e Arquitetura e/ou quaisquer normas aplicáveis, incluídas as normas técnicas.
33.	9.10 Anexo 3 – Minuta de Contrato	A Concessionária poderá antecipar a construção e a operação da 2ª (segunda) unidade prisional?		Não. A Fase 1.B - Construção da 2ª Unidade Prisional terá início no 5º (quinto) aniversário da emissão da ordem de início da Fase 2 da 1ª Unidade Prisional, portanto não poderá ser adiantada.
34.	14.3 Anexo 3 – Minuta de Contrato	Em que pese o afirmado na referida cláusula, é correto o entendimento de que haverá algum limite estabelecido? E que, caso ultrapasse esse limite estabelecido, a Concessionária fará jus a uma compensação/devolução?		Não é correto o entendimento. A Concessionária deverá suportar, por sua conta e risco, o cumprimento das condicionantes e investimentos adicionais eventualmente exigidos pelos órgãos competentes para a emissão de

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				licenças, autorizações, alvarás ou permissões necessárias à implantação do Complexo Prisional e execução dos Serviços.
35.	16.1 Anexo 3 – Minuta de Contrato	Em que pese o afirmado na cláusula, é correto o entendimento quanto à impossibilidade de se recompor o equilíbrio econômico financeiro do Contrato por força destes investimentos adicionais?		<p>A subcláusula 16.1 trata da obrigação de a Concessionária manter os serviços atuais, conforme o art. 6º, § 2º, da Lei de Concessões, e, art. 5º, inciso V, da Lei Federal de PPP.</p> <p>Neste sentido, conforme previsto no Caderno de Encargos, a Concessionária deve apresentar, durante a fase de obras, o Projeto de Tecnologia, sendo que as tecnologias instaladas pela Concessionária devem ser mantidas atuais durante todo o prazo do Contrato de PPP.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Inclusive, a subcláusula 27.1(ii) prevê que o Projeto de Tecnologia será reavaliado de tempos em tempos, nas Revisões Ordinárias, exatamente para que as Partes possam, em conjunto, decidir as medidas que devem ser tomadas. Todos os investimentos para a Atualidade Tecnológica (ver definição no Glossário) devem ser suportados exclusivamente pela Concessionária e fazem parte do escopo original do contrato.</p> <p>Deve-se atentar para a regra da subcláusula 16.1.1, que prevê que "A revisão das especificações para fins de Atualidade Tecnológica não pressuporá a substituição dos sistemas e equipamentos ainda operacionais,</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>mas tão somente o estabelecimento de novos parâmetros e especificações para a atualização de softwares, substituição de componentes e aquisição de novos sistemas e equipamentos." Ou seja, a revisão neste caso não obrigará que a Concessionária realize a substituição de equipamentos ainda operacionais.</p> <p>Portanto, uma eventual alteração unilateral do Contrato com base na subcláusula 16.1 ocorrerá em razão de a Concessionária não ter cumprido sua obrigação. Por isso, neste caso não haverá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro para a Concessionária.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
36.	18.8 Anexo 3 – Minuta de Contrato	É correto o entendimento de que o item “(ix) Acidentes de qualquer natureza” não precisa ser coberto pelo seguro ?		O entendimento não está correto. A subcláusula 18.8 apresenta uma lista dos seguros que deverão ser mantidos pela Concessionária.
37.	24.1.1 Anexo 3 – Minuta de Contrato	Qual a definição/significado de “estratégia competitiva” e de “modelo de geração de receitas”? É correto o entendimento de que tais expressões são subjetivas e podem ser desconsiderados?		<p>Resposta para a 1ª pergunta: A expressão “estratégia competitiva” está relacionada com a forma de atuação da Concessionária para a exploração das Receitas Acessórias, sendo que a expressão “modelo de geração de receitas” está relacionada com as fontes das Receitas Acessórias.</p> <p>Resposta para a 2ª pergunta: O entendimento não está correto.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
38.	25.2.13 Anexo 3 – Minuta de Contrato	É correto o entendimento de que Concessionária somente poderá responder por danos ou perdas causados por seus funcionários ou por terceiros a ela vinculados?		O entendimento não está correto. A Concessionária também é responsável nos casos de danos ou perdas causados pelos Presos.
39.	25.2.26 Anexo 3 – Minuta de Contrato	É correto o entendimento de que a Concessionária somente poderá responder pela proteção de dados de seus colaboradores?		O entendimento não está correto. A Concessionária deverá responder pela proteção de todos os dados pessoais a que tiver acesso, incluindo dos seus colaboradores.
40.	item 14.3, Anexo 3 Minuta do Contrato	Quais são os investimentos adicionais exigidos pelos órgãos competentes para a emissão de licenças, autorizações, alvarás ou permissões necessárias à implantação do Complexo Prisional		Estas informações somente serão conhecidas durante o processo de licenciamento que será conduzido futuramente pela Concessionária. Deve-se considerar que os órgãos competentes podem impor condicionantes e exigir

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		e execução dos Serviços em Erechim/RS?		<p>investimentos adicionais a depender do projeto proposto pela Concessionária.</p> <p>Assim, cada Licitante deve, de acordo com sua experiência e estratégia de atuação, levantar e avaliar as possíveis condicionantes e investimentos adicionais que poderão ser exigidos pelos órgãos competentes.</p> <p>Conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
41.	item 14.2	Será permitido o acesso dos licitantes ao plano de negócios do concorrentes?		A apresentação do plano de negócios não é permitida na Licitação. Conforme o item 14.3, do Edital, <i>“Não poderá ser incluído na PROPOSTA COMERCIAL, nem nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o plano de negócios da LICITANTE, sob pena de desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.”</i>
42.	item 12.1	É correto o entendimento de exigência de apenas o mínimo de 2 anos para a licitante comprovar sua aptidão operacional em frente ao objeto complexo do certame cujo prazo de contrato é de 30 anos?		O prazo de no mínimo 2 (dois) anos foi estabelecido considerando: (i) o entendimento do Poder Concedente de que este prazo é suficiente para a demonstração de experiência na realização de serviços prisionais; e, (ii) o aumento da competição no certame, uma vez que um

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				prazo maior poderia reduzir o universo de participantes na Licitação.
43.	item 12.4	É correto o entendimento de que o referido item permite que a atestação pode ser apresentada por AFILIADAS, em que pese a atestação através de empresa afiliada não alcance a experiência operacional da licitante?		O entendimento não está correto. A autorização prevista no item 12.4 tem como premissa fundamental o fato de que, em se tratando de Afiliada, isto é, de sociedades com vínculo de Controle entre si, a experiência adquirida pela sociedade detentora do atestado pode ser aproveitada por outra sociedade do mesmo grupo econômico, uma vez que o vínculo de Controle permite que a experiência seja compartilhada. O know-how adquirido pela sociedade detentora do atestado pode ser

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>compartilhado com as sociedades que pertencem ao mesmo grupo.</p> <p>Ademais, é uma prática consolidada nas licitações de concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas (PPP) a previsão no edital de autorização para uso de atestados emitidos para empresas do mesmo grupo econômico. Isso ocorre pois a experiência da empresa é adquirida tanto em razão da sua atuação, como também dos seus acionistas e demais empresas do grupo, que aportam recursos financeiros e/ou técnicos para o desenvolvimento de suas atividades.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
44.	15.1.5.1	É correto o entendimento de que a atestação técnica-profissional deve ser comprovada através de no mínimo de apenas 02 anos de experiência em cargo de Direção, alinhado ao fato de que não precisa estar devidamente registrado no Conselho Regional de Administração-CRA?		<p>Resposta para a 1ª pergunta: Conforme a redação do item em referência, exige-se no, mínimo, 2 (dois) anos de experiência em cargo executivo sênior equivalente a diretor, superintendente ou equivalente.</p> <p>Resposta para a 2ª pergunta: Não há exigência de registro do atestado no Conselho Regional Administração – CRA.</p>
45.	6.1 – Anexo 3 Minuta do Contrato	Pode ser entendido como definição da data de eficácia, para contemplar como termo inicial dos 30 anos a ordem de início da operação pela concessionária, a ser expedida quando da conclusão da infraestrutura?		O entendimento não está correto. A Data de Eficácia ocorrerá conforme o disposto na subcláusula 6.2, do Contrato.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
46.	12.2.2 – Anexo 3 Minuta de Contrato	É correto o entendimento de que mesmo após o final do contrato a Concessionária deverá assegurar a plena operação e manutenção dos softwares por um prazo de pelo menos 180 (cento e oitenta) dias?		O entendimento está correto.
47.	16.1 Anexo 3 – Minuta de Contrato	É correto o entendimento pela possibilidade de revisão unilateral pelo Poder Concedente sem direito ao reequilíbrio econômico-financeiro à Concessionária, gerando insegurança ao privado e seus investidores?		<p>O entendimento está parcialmente correto. Embora a subcláusula 16.1 admita a revisão unilateral, não há insegurança ao privado e seus investidores.</p> <p>A subcláusula 16.1 trata da obrigação de a Concessionária manter os serviços atuais, conforme o art. 6º, § 2º, da Lei de Concessões, e, art. 5º, inciso V, da Lei Federal de PPP.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Neste sentido, conforme previsto no Caderno de Encargos, a Concessionária deve apresentar, durante a fase de obras, o Projeto de Tecnologia, sendo que as tecnologias instaladas pela Concessionária devem ser mantidas atuais durante todo o prazo do Contrato de PPP. Inclusive, a subcláusula 27.1(ii) prevê que o Projeto de Tecnologia será reavaliado de tempos em tempos, nas Revisões Ordinárias, exatamente para que as Partes possam, em conjunto, decidir as medidas que devem ser tomadas. Todos os investimentos para a Atualidade Tecnológica (ver definição no Glossário) devem ser suportados</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>exclusivamente pela Concessionária e fazem parte do escopo original do contrato.</p> <p>Deve-se atentar para a regra da subcláusula 16.1.1, que prevê que "A revisão das especificações para fins de Atualidade Tecnológica não pressuporá a substituição dos sistemas e equipamentos ainda operacionais, mas tão somente o estabelecimento de novos parâmetros e especificações para a atualização de softwares, substituição de componentes e aquisição de novos sistemas e equipamentos."</p> <p>Ou seja, a revisão neste caso não obrigará que a Concessionária realize a substituição de equipamentos ainda operacionais.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Portanto, uma eventual alteração unilateral do Contrato com base na subcláusula 16.1 ocorrerá em razão de a Concessionária não ter cumprido sua obrigação. Por isso, neste caso não há insegurança para o privado e seus investidores.
48.	19.1.52 Anexo 3 – Minuta do Contrato	A exigência constante do Item 19.1.52, de publicação as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com as normas aplicáveis às companhias abertas, nos termos da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação da CVM não seria aplicável tão somente para sociedade anônimas abertas?		O entendimento não está correto. O que o Contrato de PPP prevê é que a Concessionária deverá observar as normas aplicáveis às companhias abertas que tratam da publicação das demonstrações financeiras. O objetivo da regra é aumentar os níveis de transparência da Concessionária em relação à sua gestão, ainda que esta não seja uma companhia

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				aberta. Deve-se considerar que a remuneração da Concessionária será composta integralmente, ressalvadas as Receitas Acessórias, por pagamentos realizados com o orçamento público, o que justifica a exigência de cumprimento de regras mais rígidas de transparência.
49.	25.2.16, Anexo 3 Minuta do Contrato	Em que pese as previsões elencadas no referido item, é correto o entendimento de que de que a variação dos custos decorrentes de dissídios coletivos, assim como de alimentação, estão inseridos na própria fórmula de reajuste?		A variação destes custos (mão de obra e alimentação) é refletida no IRC, previsto na subcláusula 30.3, por meio dos índices de reajuste previstos taxativamente na referida subcláusula.
50.	25.2.18, Anexo 3 Minuta do	Em que pese as previsões dos itens 25.2.18, tal		O entendimento não está correto.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
	Contrato	como no item 25.3.10, de que constituem riscos suportados exclusivamente pela concessionária a variação no regime de tributos sobre a renda da concessionária, é correto o entendimento de que tal risco será excluído?		<p>O Contrato de PPP deve alocar os riscos entre as Partes, sendo que este é um risco normalmente alocado para as concessionárias.</p> <p>Exemplificativamente, veja que o art. 9º, § 3º, da Lei de Concessões, determina que "§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso."</p> <p>Como as PPPs administrativas possuem estrutura econômico-financeira e jurídica semelhante à concessão comum, optou-se por seguir no</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Contrato de PPP a mesma lógica prevista para este tema na Lei de Concessões.
51.	25.2.22, Anexo 3 Minuta do Contrato	Será excluído como riscos da concessionária os Vícios ou defeitos ocultos nos bens da concessão?		O entendimento não está correto. Este risco é alocado para a Concessionária, que será quem deverá construir e adquirir os Bens da Concessão.
52.	30.2, Anexo 3 Minuta do Contrato	É correto o entendimento de que será contemplado no reajustamento do valor da vaga dia disponibilizada e ocupada em unidade prisional, o percentual de variação de dissídio coletivo (mão de obra) e alimentação?		A variação destes custos (mão de obra e alimentação) é refletida no IRC, previsto na subcláusula 30.3, por meio dos índices de reajuste previstos taxativamente na referida subcláusula.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
53.	4.1."VI", "a", Anexo Caderno de encargos	Será permitida a subcontratação pela concessionária dos serviços de vigilância patrimonial, em posto armado?		O entendimento está correto, conforme previsão expressa no item 4.1, VI, "a", do Caderno de Encargos.
54.	4.7.1. XV, "a", Anexo Caderno de encargos	Será permitida a implantação de escola privada no complexo prisional, ante a existência de convênio com a Secretaria no que tange à certificação e adoção dos parâmetros curriculares do Estado?		Conforme delimitado no Caderno de Encargos e demais documentos editais, a CONCESSIONÁRIA será responsável para a implantação e gestão de escola privada, conforme diretrizes do Decreto Federal nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 e da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 do Ministério da Educação.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
55.	1.4 Anexo Mecanismo de Pagamento	É correto o entendimento de que a contraprestação mensal efetiva a ser paga à concessionária calculada de acordo com a fórmula, apontando "Z" como o percentual da contraprestação mensal máxima sujeito à influência do índice de desempenho será no percentual de 20%?		O entendimento está correto. A influência do Índice de Desempenho será de, no máximo, 20% na fórmula do mecanismo de pagamento.
56.	1.6 e 1.7, Anexo Diretrizes de Convivência da Parceria e de Interface	É correto o entendimento de que será assegurada revisão do valor da contraprestação, quando tais mudanças unilaterais impactem o plano de negócios da concessionária?		Os itens 1.6 e 1.7, do Anexo 2 - Diretrizes de Convivência da Parceria e de Interface, devem ser lidas em conjunto com a cláusula 25.3.1, do Contrato de PPP, de forma que, se a alteração unilateral gerar custos adicionais para a

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Concessionária, o Contrato deverá ser reequilibrado a favor desta.
57.	5.3.3 e seguintes do Anexo Sistema de Mensuração de Desempenho e Disponibilidade	Qual a definição de “presos aptos a trabalhar”? Qual a definição objetiva do que consiste a taxa de evasão? Quais os requisitos devem ser atendidos pela concessionária no que diz respeito Taxa aprovação Enseja PPL?		Resposta da 1ª pergunta: O item 5.3.3, do SMDD, trata sobre Presos aptos para estudar. Os Presos serão classificados como aptos a estudar/trabalhar (ou não) quando de seu ingresso no Complexo Prisional, quando estes passarão por uma avaliação que considerará questões motoras/físicas e psicológicas, dentre outras. Além disto, poderão passar por avaliações periódicas, caso necessário, para confirmar que estão aptos/inaptos ao trabalho e para o estudo.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Resposta da 2ª pergunta: Conforme o item 5.4.3, do SMDD, a Taxa de Evasão Escolar corresponde a quantidade de Presos que iniciaram cursos educacionais, mas que não deram continuidade nestes cursos, por Unidade Prisional, em relação ao total de Presos que foram matriculados nestes cursos, considerando a apuração mensal. Os Presos que, por algum motivo justificado e validado pela Comissão Técnica de Classificação, não puderam dar continuidade nos cursos matriculados (por questões de saúde/psicológicas etc.), não serão computados para fins de apuração do Indicador de Desempenho. Logo, estes Presos serão

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>qualificados como inaptos. Presos estudantes, mas, que estejam em período de férias não serão considerados para fins de apuração deste indicador de desempenho.</p> <p>Resposta da 3ª pergunta: O item 5.5, do SMDD, trata sobre a Taxa de aprovação no Encceja PPL. Este indicador avalia a participação e aprovação dos Presos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – “Encceja PPL”, tanto na certificação do ensino fundamental, quanto na certificação do ensino médio. O objetivo é mensurar a qualidade do ensino ofertado aos Presos. A Concessionária deve cumprir com todas as suas obrigações no</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				que diz respeito a oferta de programas educacionais diretamente ou através de parcerias firmadas por ela.
58.	3.2. "A" Anexo 6- Diretrizes ambientais	Quais os custos para atendimento das diretrizes ambientais que estão previstos no Plano de Negócios do Projeto?		<p>Os custos para o licenciamento ambiental foram previstos nos investimentos do Plano de Negócios Referencial.</p> <p>Contudo, deve-se atentar para o item 2.3.1, do Edital, que prevê que os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que cabe a cada Licitante providenciar o seu próprio orçamento para embasar a elaboração da sua proposta.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p> <p>Vale acrescentar por fim, o disposto na Cláusula 14.3 do Contrato, segundo o qual a Concessionária deverá suportar, por sua conta e risco, o cumprimento das condicionantes e investimentos adicionais eventualmente exigidos pelos órgãos competentes para a emissão de licenças, autorizações, alvarás ou permissões</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				necessárias à implantação do Complexo Prisional e execução dos Serviços.
59.	Anexo Caderno de Encargos	Qual estimativa dos custos para implantação da rede de água, energia, internet e esgoto?		A CONCESSIONARIA deverá estimar os custos para a implantação destas redes de infraestrutura dentro da área de concessão. O PODER CONCEDENTE será responsável pelos custos de alimentação destas redes de infraestrutura até a entrada da área de concessão.
60.	Anexo Caderno de Encargos	Qual a estimativa dos custos dos exames laboratoriais relacionados a Sífilis, diabetes, hanseníase, hepatite, hipertensão, HIV/SIDA e		Resposta para a 1ª pergunta: Conforme o item 4.2, IX, (e), do Caderno de Encargos, tais exames serão realizados na rede pública de saúde.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		Tuberculose? Esses exames serão realizados para 100% da população prisional?		<p>Portanto, não se trata de custo da Concessionária.</p> <p>Resposta para a 2ª pergunta: Sim, os exames serão realizados em toda a população prisional e repetidos quantas vezes forem necessárias conforme indicação da equipe de assistência médica.</p>
61.	24.2 Anexo 3 Minuta de Contrato	É correto o entendimento de que as receitas acessórias compartilhadas entre a concessionária e o poder concedente na proporção de 10% (dez por cento) será através da receita líquida efetivamente auferida?		O entendimento não está correto. O percentual de compartilhamento irá incidir sobre a receita bruta apurada na exploração da Receita Acessória.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
62.	Anexo 3 Minuta de Contrato	Quais os tipos e quantitativos de equipamentos de monitoramento a serem instalados?		<p>O Contrato e os Anexos não definem tipos e quantitativos de equipamentos de monitoramento a serem fornecidos.</p> <p>No caso de uma PPP, o Poder Público fixa: (i) os objetivos e metas que pretende que atingir com a contratação; e, (ii) as diretrizes mínimas que as obras e serviços devem cumprir. Observados estes parâmetros, cabe a cada Licitante decidir como irá atuar para cumprir os objetivos e metas da contratação. É exatamente esta liberdade dada às Licitantes que permite que cada empresa planeje a execução contratual da forma que entende ser a mais eficiente, o que se traduz em</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>melhores propostas para o Poder Público e melhores serviços.</p> <p>Importante registrar que há base legal expressa para tanto. O art. 10, §4º, da Lei Federal de PPP determina que os estudos da PPP para definição do valor do investimento podem ser realizados em nível de anteprojeto, com os custos determinados mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica. Por isso, no caso de uma PPP, os estudos não preveem os custos unitários e os quantitativos.</p> <p>Assim, é responsabilidade da Licitante definir os tipos e quantitativos de equipamentos de</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>monitoramento a serem instalados, observado que tal definição deverá ser feita de forma que atenda integralmente as diretrizes previstas no Contrato, Anexos e legislação aplicável.</p> <p>Ainda, o Caderno de Encargos prevê que a Concessionária deverá submeter para análise e aprovação do Poder Concedente o Projeto de Tecnologia, que será o momento no qual tais questões serão avaliadas.</p>
63.	4.3 Anexo 10 Diretrizes para o Trabalho do Preso	É correto o entendimento de que não será cobrado nenhum tipo de taxa ou aluguel das empresas parceiras do sistema prisional pela utilização das instalações nas unidades		A cobrança de remuneração, pela Concessionária, pela disponibilização de área no interior do Complexo Prisional e/ou de serviços para o Tomador será livremente acordada por

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		prisionais?		<p>ambos, em negociação privada, conforme previsto nos itens 4.3 e 4.3.1, do Anexo 10 – Diretrizes para o Trabalho do Preso. Não há obrigatoriedade da cobrança. Contudo, havendo a cobrança de remuneração pela Concessionária, o Poder Concedente fará jus ao compartilhamento desta Receita Acessória, conforme o item 4.3.2, do Anexo 10.</p> <p>Sem prejuízo do acima, os Tomadores deverão pagar para o Fundo Penitenciário Estadual, mensalmente, a quantia de 10% (dez por cento) do valor da folha de pagamento dos Presos, conforme previsto no item 4.6, do Anexo 10.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
64.	17.9 e 17.10 Anexo 3 Minuta de Contrato	Terá alguma garantia exclusiva para a Capex e revisão da Garantia da Opex?		A Garantia de Execução tem como objetivo assegurar o cumprimento de todas as obrigações da Concessionária, sejam as relacionadas com Obras ou Serviços. O Contrato não prevê a revisão da Garantia de Execução na fase de operação.
65.	Edital	É correto o entendimento de que não será incluída nos custos que integram a planilha nenhuma previsão a título de reserva técnica?		Conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Cabe a cada Licitante providenciar o seu próprio orçamento para embasar a elaboração da sua proposta.</p> <p>No caso de uma PPP, o Poder Público fixa: (i) os objetivos e metas que pretende que atingir com a contratação; e, (ii) as diretrizes mínimas que as obras e serviços devem cumprir. Observados estes parâmetros, cabe a cada Licitante decidir como irá atuar para cumprir os objetivos e metas da contratação. É exatamente esta liberdade dada às Licitantes que permite que cada empresa planeje a execução contratual da forma que entende ser a mais eficiente, o que se traduz em</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>melhores propostas para o Poder Público e melhores serviços.</p> <p>Importante registrar que há base legal expressa para tanto. O art. 10, §4º, da Lei Federal de PPP determina que os estudos da PPP para definição do valor do investimento podem ser realizados em nível de anteprojeto, com os custos determinados mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica. Por isso, no caso de uma PPP, os estudos não preveem os custos unitários e os quantitativos.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
66.	Caderno de Encargos	<p>As remunerações atribuídas aos profissionais lotados nos mais diversos postos de trabalho e funções descritas não contemplam os imprescindíveis adicionais, tais como: (1) Adicional de Periculosidade ou Adicional de risco (conforme o caso), (2) Adicional de Assiduidade, (3) Adicional de Intrajornada, Adicional de Insalubridade em grau máximo (para os profissionais da área da saúde e serventes/auxiliares de serviços gerais que fazem limpeza de banheiros públicos e coleta de lixos), entre tantos outros. A estimativa de custos previstos na modelagem econômico-financeira desenvolvida parte de uma base remuneratória</p>		<p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		absolutamente insuficiente, resultando num valor inexecutável para a operação dos serviços. A proposta comercial deve contemplar tais adicionais? Como o Poder Concedente irá equacionar tal questão?		todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.
67.	3.1.3.1 Mão de Obra, Diretrizes Operacionais	Conforme quadro previsão de pessoal da Segurança consta profissionais cinófilos e não há referencia ao quantitativo de cães, manutenção e outras despesas referentes a esse serviço. Questiona-se: Qual a quantidade de cães? quem será o responsável pela aquisição e que conste as despesas com veterinário, vacinas/medicamentos, manutenção do canil e		Não há previsão de fornecimento de cães pela Concessionária. Os cães serão fornecidos pelo Poder Concedente, que será o responsável pelos custos relacionados com a alimentação e cuidados veterinários.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		alimentação?		
68.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Serão revisados os valores mensais para o custeio da Assistência Médica e Odontológica a serem fornecidos pela concessionária aos seus empregados, bem como alterar para valores de mercado por empregado para os exames admissionais?		<p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.
69.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Será contemplado o adicional de periculosidade para Gerente operacional? Supervisor operacional? Supervisor operacional adjunto? Motorista? Técnico de eletrônica/eletricista? Coordenador de Ressocialização? Soldador?		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
70.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Será contemplado adicional de insalubridade para médico clínico? Enfermeiro? Auxiliar de enfermagem? Odontólogo? Auxiliar de		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		consultório dentário? Psicólogo? Técnico de enfermagem? Cozinheiro? Encanador? Auxiliar de serviços gerais?		<p>premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				financeiras) necessários para a operação da Concessão.
71.	Anexo 3 Minuta de contrato	Em caso de ruptura contratual como será calculado o passivo financeiro para o Estado?		As regras aplicáveis para o cálculo da indenização por extinção antecipada estão previstas na Cláusula 45 e nas cláusulas específicas que tratam de cada evento de extinção antecipada.
72.	Plano de negócios	É correto o entendimento de que haverá revisão e alteração dos preços atribuídos à alimentação, a fim de majorá-los dentro da realidade atual do mercado?		O entendimento não está correto. Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
73.	Plano de negócios	Quais os custos para atendimento das diretrizes ambientais tais como Projeto de sistema de reuso de água e Projeto de Recomposição Paisagística? Existe ainda dúvida sobre se o custo do atendimento das diretrizes ambientais está previsto no Plano de Negócio do Projeto.		<p>Os custos para o licenciamento ambiental foram previstos nos investimentos do Plano de Negócios Referencial.</p> <p>Contudo, deve-se atentar para o item 2.3.1, do Edital, que prevê que os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que cabe a cada Licitante providenciar o seu próprio orçamento para embasar a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				financeiras) necessários para a operação da Concessão.
74.	Plano de Negócios	Qual a participação do Poder Concedente acerca do imobiliário a ser fornecido pela empresa vencedora da licitação?		<p>Para a resposta, será assumido que o pedido de esclarecimento é sobre o mobiliário a ser fornecido pela Concessionária.</p> <p>A Concessionária deve fornecer mobiliário que seja adequado para o cumprimento das diretrizes previstas no Caderno de Encargos, demais Anexos e na legislação aplicável.</p>
75.	Plano de Negócios	É correto o entendimento de que não se deve incluir materiais escolares do presos para previsão de custos?		O entendimento não está correto. Conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>(incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p> <p>Cabe a cada Licitante providenciar o seu próprio orçamento para embasar a elaboração da sua proposta.</p> <p>No caso de uma PPP, o Poder Público fixa (i) os objetivos e metas que pretende que atingir com a contratação; e, (ii) as diretrizes mínimas que as obras e serviços devem cumprir. Observados estes parâmetros, cabe a cada Licitante decidir como irá atuar para cumprir os objetivos e metas da contratação. É exatamente esta liberdade dada às Licitantes que permite que cada empresa planeje a execução contratual da forma que</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>entende ser a mais eficiente, o que se traduz em melhores propostas para o Poder Público e melhores serviços.</p> <p>Importante registrar que há base legal expressa para tanto. O art. 10, §4º, da Lei Federal de PPP determina que os estudos da PPP para definição do valor do investimento podem ser realizados em nível de anteprojeto, com os custos determinados mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica. Por isso, no caso de uma PPP, os estudos não preveem os custos unitários e os quantitativos.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
76.	Plano de Negócios	É correto o entendimento de que haverá melhoria nos salários dos profissionais de Auxiliar de RH e facilitadora de RH ? Será ampliado o quantitativo de auxiliares administrativos de forma a prevê, minimamente, dois auxiliares por setor. (2 para serviços psicologia, 2 para assistência social, 2 para jurídico, 2 para atividades administrativas, 2 para atender equipe do estado, 2 para atendimento da saúde?)		<p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
77.	Plano de Negócios	Qual a quantidade de Profissionais a serem contratados como Auxiliar de Enfermagem 20h?		<p>O Contrato e os Anexos não definem quantitativos de pessoal, mas sim diretrizes que devem ser cumpridas pela Concessionária. Assim, cada Licitante deve dimensionar seu quadro de pessoal de forma a cumprir o disposto no Contrato, nos Anexos e na legislação aplicável.</p> <p>No caso de uma PPP, o Poder Público fixa (i) os objetivos e metas que pretende que atingir com a contratação; e, (ii) as diretrizes mínimas que as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				obras e serviços devem cumprir. Observados estes parâmetros, cabe a cada Licitante decidir como irá atuar para cumprir os objetivos e metas da contratação. É exatamente esta liberdade dada às Licitantes que permite que cada empresa planeje a execução contratual da forma que entende ser a mais eficiente, o que se traduz em melhores propostas para o Poder Público e melhores serviços.
78.	Relatório Diretrizes Operacionais	É correto o entendimento de que os custos com combustível para todos os veículos que vão operar nas unidades será responsabilidade da empresa? assim como os custos de combustível em caso de transferências de presos para outros		Não será responsabilidade da Concessionária o abastecimento de veículos que são utilizados para o transporte externo do Preso. Este serviço

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		municípios?		<p>é realizado exclusivamente pelas autoridades competentes.</p> <p>Em relação aos custos para o abastecimento dos veículos que irão transitar internamente, este deverá ser arcado pela Concessionária.</p> <p>Conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p> <p>Cabe a cada Licitante providenciar o seu próprio orçamento para embasar a elaboração da sua proposta.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
79.	Anexo 10 - Diretrizes para o Trabalho	As empresas que contarão com o trabalho prisional repassarão algum percentual para o Estado? O montante será calculado pelo número de apenados ou por contrato assinado?		Os Tomadores do trabalho do Preso deverão pagar para o Fundo Penitenciário Estadual, mensalmente, a quantia de 10% (dez por cento) do valor da folha de pagamento dos Presos, conforme previsto no item 4.6, do Anexo 10.
80.	Caderno de encargos	O Estado arcará com os custos dos uniformes?		O entendimento não está correto. Este custo deve ser arcado pela Concessionária.
	3.1.4 – Relatório de Diretrizes Operacionais	Quem será o responsável pela administração do sistema de INFOPEN, Consultas Integradas e SEEU ?		Tais informações serão gerenciadas pelo Poder Concedente. A Concessionária terá acesso a módulos específicos do INFOPEN, para inclusão de informações relacionadas com o dia a dia das atividades realizadas no Complexo Prisional.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Registre-se que a Concessionária não terá acesso a informações do INFOPEN que são confidenciais
81.	Relatório Diretrizes Operacionais	Qual o número de servidores da SUSEPE que vão atuar na casa prisional? Qual o número de contratados que vão trabalhar? Discriminando quantos deles estarão na área da segurança (vigilância, monitoramento e controle interno)?		<p>O Poder Concedente irá alocar servidores em número suficiente para o desempenho das suas funções, conforme as normas aplicáveis. A título informativo, nos estudos de estruturação do projeto foi alocado o número de 86 agentes públicos. Todavia, alerta-se que esse quantitativo não é vinculante, não podendo ser utilizado como parâmetro para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>As diretrizes para a construção e operação do Complexo Prisional estão previstas no Caderno</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>de Encargos, sendo que cada Unidade Prisional deverá possuir 600 vagas. A partir disto, cada Licitante deve dimensionar as necessidades das obras e da operação considerando o disposto no Caderno de Encargos e demais normas aplicáveis.</p> <p>Por fim, ressaltamos que cada Licitante deve realizar os estudos e investigações pertinentes para a elaboração da sua proposta. Ver item 2.3.1, do EDITAL:</p> <p>2.3.1. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao COMPLEXO PRISIONAL e aos SERVIÇOS, elaborados pelo ESTADO ou por entidades por</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				ele contratadas, (i) possuem caráter meramente informativo e referencial, não integrando o presente EDITAL, tendo por finalidade facilitar a compreensão do objeto da CONCESSÃO; e, (ii) foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da CONCESSÃO, não apresentando, perante as potenciais LICITANTES, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do PODER CONCEDENTE em face das LICITANTES ou da futura CONCESSIONÁRIA.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
82.	Plano de Negócios	O terreno está sendo doado pela prefeitura? Qual é o valor estimado do terreno? Está incluso no valor da obra?		<p>A doação do terreno ao Estado do Rio Grande do Sul foi autorizada por meio da Lei Municipal n. 6.878, de 23 de setembro de 2021. Por se tratar de uma doação do Município de Erechim para o Estado do Rio Grande do Sul, o valor não foi incluído no CAPEX.</p> <p>O imóvel permanecerá sob a titularidade do Estado durante e após a concessão.</p>
83.	Plano de Negócios	Existe algum sindicato representativo da categoria laboral a ser seguida por todos os licitantes?		<p>Não. Considerando a atividade que será desenvolvida pela Concessionária e a sua localização, atualmente não há sindicato patronal específico que represente as empresas que prestam serviços de apoio à operação de</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				estabelecimentos prisionais ou sindicato profissional correlato com abrangência nesta localidade.
84.	Encargos Sociais	Com relação à provisão para pagamento de rescisão do contrato de trabalho com os colaboradores da Concessionária, será incluído no plano de negócios e Planilha de Composição de custos o descritivo exato dos Encargos Sociais, bem como a elevação do percentual relativo à provisão do aviso-prévio indenizado?		<p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
85.	7.5 Plano de Negócios	Solicita-se esclarecimentos quanto à incidência sobre a contraprestação, do ISS, na alíquota de 3%, qual o enquadramento do objeto desta licitação no Código Tributário do Município de Erechim, que forneça base legal para definição		Dado que a legislação municipal de Erechim não prevê uma alíquota de ISS para serviços prisionais, adotou-se como premissa a alíquota da atividade de fornecimento de mão-de-obra, uma vez que a pesquisa de benchmarking indicou

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		do percentual de 3%? A prefeitura municipal foi consultada para confirmar a correta aplicação do percentual de 3%?		<p>que esta é a atividade indicada nas operações de cogestão. Nos termos da legislação municipal, a alíquota da atividade de fornecimento de mão-de-obra é de 3%.</p> <p>Não obstante, conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1 e 25.2.9, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
86.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/CAPEX	Qual o valor estimado da obra de engenharia da construção da casa prisional, discriminando as duas unidades?		<p>Os valores estimados são os seguintes - Capex (estimativa) para cada Unidade Prisional:</p> <p>Total 1ª Unidade Prisional - R\$ 48.410.080,71</p> <p>Total 2ª Unidade Prisional - R\$ 48.413.739,54</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Registre-se que, conforme o item 2.3.1, do Edital: <i>“2.3.1. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao COMPLEXO PRISIONAL e aos SERVIÇOS, elaborados pelo ESTADO ou por entidades por ele contratadas, (i) possuem caráter meramente informativo e referencial, não integrando o presente EDITAL, tendo por finalidade facilitar a compreensão do objeto da CONCESSÃO; e, (ii) foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da CONCESSÃO, não apresentando, perante as potenciais LICITANTES, qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto</i></p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<i>de vista da responsabilidade do PODER CONCEDENTE em face das LICITANTES ou da futura CONCESSIONÁRIA.”</i>
87.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Em que pese a resposta da consulta pública, Id da Contribuição: 136.0, o cargo de Gerência Operacional encontra-se com salários em patamares muito inferiores à realidade de mercado e muito aquém do mínimo necessário. Será revisado o salário do cargo acima?		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato. Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
88.	Relatório Diretrizes Operacionais	Em que pese a resposta da consulta pública Id 140.0, os preços cotados para o fornecimento de refeição aos apenados se revelam inexequíveis, em e dissonância com o cardápio regulamentado pelo art. 3.º, §1.º da Resolução n.º 03/2017 do		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		<p>CNPCP. Questiona-se a revisão dos preços para tornarem exequíveis.</p>		<p>Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
89.	Plano de Negócios	É correto o entendimento de que a Concessionária tem obrigação de fornecer os medicamentos apenas para os Presos?		O entendimento está correto, conforme regras previstas no Caderno de Encargos.
90.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/Demonstração financeira	Analisando o - Modelo Econômico na aba "Demonstrações Financeiras", observa-se que na Previsão "LUCRO BRUTO" está inserido um percentual NEGATIVO provisionados por 12 meses, até junho de 2023. Sendo assim, tem a dúvida acerca do retorno previsto para a futura contratada no modelo que se apresenta. Favor esclarecer por que o percentual é negativo no referente estudo.		A demonstração de resultados apresentada no Plano de Negócios Referencial contempla o impacto de efeitos contábeis, sobretudo no que diz respeito às considerações acerca da contabilização do ativo financeiro. Sendo assim, deve-se observar a geração de fluxo de caixa ao longo do período projetivo para uma melhor compreensão dos números projetados. Observa-se que o período mencionado corresponde ao período de obras / construção do

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Complexo Prisional, e, logo, não se verifica o pagamento de contraprestação para a Concessionária.</p> <p>Neste período, verifica-se o pagamento de seguros e garantias, além do reembolso dos estudos desenvolvidos. A projeção de fluxo de caixa pode ser observada a partir da linha 83 na referida planilha e aba.</p>
91.	ANEXO 3 – MINUTA DE CONTRATO	Necessário maior esclarecimento se a cada vaga disponibilizada pela Concessionária já será efetivada a contraprestação correspondente, ou apenas ocorrerá quanto da disponibilização de todas as vagas previstas nas unidades que		Conforme previsto nas Cláusula 9 e 10, a Concessionária terá direito ao recebimento da Contraprestação Mensal Efetiva após a emissão da ordem de início da Fase 2 de cada Unidade Prisional. Dentre as condições para a emissão da

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		compõem o complexo.		ordem de início, está a emissão pelo Poder Concedente do Termo de Aceite e Transferência de Bens Reversíveis da respectiva Unidade Prisional, que ocorrerá quando todas as obras e fornecimentos estiverem completos. Não há previsão de emissão de Termo de Aceite e Transferência de Bens Reversíveis para entrega parcial da Unidade Prisional.
92.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Tendo em vista a previsão do pagamento de eventual multa fundiária deve estar prevista na planilha de custos, porquanto trata-se de uma imposição legal inafastável, questiona-se acerca da reformulação e adequação da planilha.		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos.

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
93.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX	Em que pese a resposta da consulta pública Id 162.0, não houve a observância dos pisos salariais estabelecidos nos instrumentos coletivos, incluindo convenções coletivas de trabalho, firmados e vigentes, por exemplo, no Estado de Santa Catarina. Desse modo questiona-se acerca da utilização como parâmetro das Convenções Coletivas do Estado do Rio Grande do Sul.		<p>Os valores utilizados tomaram como parâmetros convenções coletivas e valores de pesquisa de mercado do Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>De qualquer forma, conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
94.	Caderno de Encargos	É entendimento pacífico no Tribunal Superior do Trabalho que é devido aos empregados que exercem atividades profissionais em estabelecimento prisional o adicional de periculosidade (TST - AIRR: 5364220185190061,		A referida ação trabalhista diz respeito a empregado que trabalhava como “agente de disciplina”, em atividade de segurança pessoal e patrimonial, com exposição permanente à

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		<p>Relator: Alberto Luiz Bresciani De Fontan Pereira, Data de Julgamento: 02/06/2021, 3ª Turma, Data de Publicação: 07/06/2021). Sendo assim, é necessária a observância do adicional de periculosidade aos empregados que atuam em estabelecimento prisional. Caso contrário, imputará à empresa concessionária riscos trabalhistas. Portanto, imprescindível uma revisão das previsões editalícias, em relação em relação ao adicional de periculosidade e o reflexo de tais alterações na planilha de custos.</p>		<p>potencial violência física. Não se trata de caso que possa ser aplicado de forma indiscriminada.</p> <p>Independentemente disto, conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Observar também as subcláusulas 25.2.1, 25.2.9 e 25.2.17, da minuta de Contrato.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
95.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX/recursos humanos/mao de obra/ serviços de educação	Em que pese a resposta da consulta pública Id 154.0, consta a quantidade de 02 aprendiz administrativo. Questiona-se sobre a exclusão do jovem aprendiz em ambiente prisional e, conseqüentemente, se devemos elencar na		As funções delimitadas na planilha de OPEX são referenciais. A CONCESSIONÁRIA deverá dimensionar, de acordo com a sua expertise e com as normas e legislação aplicáveis, as funções e quantidades necessárias para atender aos

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
	formal/profissional aprendiz administrativo/	proposta comercial tal mão de obra.		requisitos elencados no Caderno de Encargos e demais documentos editalícios
96.	Relatório Diretrizes Operacionais	É correto o entendimento de que a empresa poderá, em comum acordo com o Poder Concedente, adotar metodologias de ensino que sirvam para reduzir custos com a realização dos treinamentos?		<p>O entendimento está correto, com a ressalva de que as metodologias a serem utilizadas devem estar de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos.</p> <p>Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.
97.	Plano de Negócios	É correto o entendimento de que o parâmetro utilizado para a Taxa Interna de Retorno não utilizou como base a realidade econômica atual brasileira? Caso negativo, será realizada uma adequação na TIR?		O entendimento não está correto. O cálculo da taxa interna de retorno considera a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), a qual é utilizada de forma ampla em todo o mundo. Essa metodologia considera o retorno para um projeto com a perspectiva de longo prazo, sendo que impactos macroeconômicos de curto prazo possuem pouca relevância no cálculo do WACC.
98.	Plano de Negócios	Quem será o Diretor da unidade prisional? um servidor de carreira da Susepe ou alguém		A direção do Complexo Prisional será exercida por servidor integrante do quadro de servidores

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		contratado?		penitenciários, conforme previsto na legislação estadual.
99.	Edital item 5	O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado da data de eficácia. Por outro lado, conforme se depreende da Planilha de composição de custos apresentadas, o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) será de apenas 20 (vinte) anos. Logo, constata-se que, embora a CONCESSIONÁRIA tenha que executar o contrato pelo período de 30 anos, 10 anos não terão a cobertura do financiamento pelo BNDES, o que pode implicar em insegurança dos potenciais investidores		<p>A licitação de uma parceria público-privada, regida pela Lei Federal de PPP e Lei Estadual de PPP, possui uma estrutura legal e econômico-financeira própria.</p> <p>A modelagem econômico-financeira realizada pelo Poder Concedente é referencial, de forma que potenciais licitantes têm liberdade para assumir premissas diferentes, inclusive em relação ao financiamento do projeto. É exatamente esta liberdade dada às Licitantes que permite que cada empresa planeje a execução</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		interessados, na medida em que a falta de cobertura pode resultar na inadimplência e, por consequência, em eventual rescisão contratual antecipada, gerando prejuízos à Concessionária e ao Poder Concedente. Desse modo, prezando pela segurança do negócio, de qual maneira, por meio desse mecanismo de compatibilização de prazos, o Poder concedente pode viabilizar a continuidade do projeto, bem como facilitar o pagamento ao agente financiador?		contratual da forma que entende ser a mais eficiente, o que se traduz em melhores propostas para o Poder Público e melhores serviços. Na modelagem econômico-financeira do Projeto de PPP, adotou-se como premissa os parâmetros de financiamento, para a construção do Complexo Prisional, de linha de crédito do BNDES específica para segurança pública.
100.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX/recursos	Não há na composição dos custos o valor do auxílio transporte para os funcionários, tendo o conhecimento de que é necessário para a ida e		É de responsabilidade da concessionária todos os encargos inerentes às suas contratações para

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
	humanos/mao de obra	volta ao labor. Desse modo, questiona-se: de quem é a responsabilidade do respectivo vale-transporte? É da Concessionária ou do Poder Concedente?		<p>consecução do objeto da PPP, nos termos da cláusula 19.1.5 do contrato.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p> <p>Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.
101.	Anexo planilha PPP Presídios RS modelo edital/OPEX/recursos humanos/mao de obra/assistencia médica e odontológica	Em que pese a resposta da consulta pública, Id 92.0, não houve revisão nos valores da assistencia médica e odontológica, continuando inexecutáveis. Ante o exposto questiona-se: haverá atualização/revisão dos valores conforme o praticado no mercado? Caso negativo, a diferença será arcada pelo Poder Concedente?		Conforme o item 2.3.1, do Edital, os estudos divulgados pelo Poder Concedente são referenciais, sendo que a Licitante pode assumir premissas diversas, desde que sua proposta atenda ao disposto no Edital, Contrato e Anexos. Tratando-se de uma licitação de PPP, cada Licitante possui liberdade para adotar as

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
				<p>premissas que entender pertinentes para a elaboração da sua proposta.</p> <p>Ainda, conforme previsto no item 14.1.2 (i), do Edital, a Proposta Comercial deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da Concessão.</p>
102.	Anexo Plano de Negócio, 7.7 (ii)	Conforme art. 3º, §1º, da resolução Nº 3, de 05/10/17, devem ser ofertadas, minimamente, 05 refeições diárias às pessoas privadas de liberdade, sendo elas: desjejum, almoço, lanche, janta e ceia. É correto o entendimento de que		<p>O entendimento está correto. Tais custos estão previstos nos estudos referenciais.</p> <p>Ressalte-se, contudo, que, conforme o item 14.3, a Licitante não deve apresentar o plano de negócios.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		devem ser ofertadas cinco refeições na proposta comercial e no plano de negócio das licitantes?		
103.	Item 13.6.5 do Edital	É correto afirmar que a Circular SUSEP nº 477/2013 foi revogada e que foi substituída pela Circular SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022?		<p>O entendimento está correto. O item 13.6.5 foi ajustado, conforme Errata 1 ao Edital.</p> <p>Contudo, deve-se observar que, conforme o art. 35, da Circular Susep 662, de 11 de abril de 2022, as seguradoras poderão, até 1º de janeiro de 2023, emitir seguros de acordo com planos já aprovados e registrados na Susep.</p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
104.	Parte IV item 1.1	Dada a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 291/2021, que institui a polícia penal no Estado do Rio Grande do Sul, acrescentando à Constituição Estadual o artigo 136-A, em que seu §2º estabelece que “a Polícia Penal contará com quadro de pessoal de apoio e de assistência à execução penal, composto de categorias funcionais com atribuições de apoio administrativo, tratamento, assistência e orientação para a reintegração social das pessoas presas e egressas, dentre outras definidas em Lei, organizados em carreira, com ingresso mediante concurso público de provas ou de provas e títulos”, questiona-se o posicionamento		<p>O texto final da PEC 291/2021 não contém o dispositivo mencionado na pergunta. A PEC foi promulgada com a seguinte redação:</p> <p><i>Seção V</i></p> <p><i>Da Polícia Penal</i></p> <p><i>Art. 136-A. À Polícia Penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal do Estado, essencial à segurança pública e à execução penal, compete a segurança e a administração dos estabelecimentos penais, na forma da lei.</i></p> <p><i>§ 1.º O quadro de servidores da Polícia Penal contará com categorias funcionais com atribuições de vigilância, custódia e segurança de</i></p>

Número da questão formulada	Item do Edital	Esclarecimento Solicitado	Número da questão atribuída pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e que constará da ata de esclarecimento	Resposta
		<p>dessa Comissão acerca de eventuais impactos da referida inovação legislativa na execução do objeto da concessão em questão.</p> <p>Estima-se que a inovação administrativa não obste a execução da proposta com a parceria pública-privada a ser consolidada.</p>		<p><i>peças presas e dos estabelecimentos penais, bem como de atividades administrativas, técnicas e de orientação e assistência à execução penal e à reintegração social, dentre outras definidas em lei, e será organizado em carreiras, com ingresso mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.</i></p> <p><i>§ 2.º Poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais.</i></p> <p>Como pode ser visto, o § 2º, do art. 136-A, dá amparo constitucional para o projeto de PPP.</p>

